

Teorias linguísticas e ensino de língua materna: a distinção entre objeto indireto e adjunto adverbial em livros didáticos

Linguistic theories and first language education: distinguishing the indirect object from the adverbial adjunct in Portuguese language textbooks

Matheus Gomes Alves*
Murilo Amaral do Prado Castro**

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para o ensino de sintaxe na Educação Básica no contexto de português como língua materna. O objetivo específico é investigar quais critérios são utilizados para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais em três livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Considera-se a seguinte pergunta de pesquisa: qual é a natureza dos critérios utilizados em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais. Para alcançar tal objetivo, adotou-se uma análise qualitativa de materiais didáticos levando em consideração as categorias de análise “presença de critérios semânticos” e “presença de critérios morfossintáticos” (Perini, 1985). Observou-se que, nos livros didáticos consultados, os critérios utilizados são semânticos, referentes à obrigatoriedade ou não do adjunto adverbial na sentença.

Palavras-chave: objeto indireto, adjuntos adverbiais, ensino de língua materna, sintaxe da língua portuguesa, movimento.

DOL: <https://doi.org/10.18364/rc.2026n71.1504>

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, matheus.ling@letras.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0001-8109-5299>

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, muriloamaral@live.com

ABSTRACT

The overarching aim of this study is to contribute to the teaching of syntax in Basic Education, within the context of Portuguese as a first language. More specifically, it seeks to examine the criteria employed to differentiate prepositional verbal arguments from adverbial adjuncts in three Portuguese Language textbooks used in secondary education. Accordingly, the research question guiding this investigation is: what is the nature of the criteria adopted in Portuguese Language textbooks at the secondary level to distinguish prepositional verbal arguments from adverbial adjuncts? To address this question, a qualitative analysis of instructional materials was carried out, taking into account the analytical categories “presence of semantic criteria” and “presence of morphosyntactic criteria” (Perini, 1985). The findings indicate that, in the textbooks analyzed, the criteria employed are predominantly semantic, specifically concerning whether or not the adverbial adjunct is obligatory within the sentence.

Keywords: indirect object, adverbial adjunct, teaching of native language, portuguese syntax, movement.

Introdução

O ensino de sintaxe da língua portuguesa não é um ponto pacífico entre os principais teóricos, tendo em vista as divergências entre os gramáticos tradicionais, os gramáticos descritivos e os linguistas gerativistas. Essas divergências tornam-se ainda mais polêmicas em se tratando dos termos que se ligam ao verbo, em especial, os chamados objetos indiretos e adjuntos adverbiais, segundo a nomenclatura tradicional.

Esse debate recai, sobremaneira, acerca da grade argumental de cada verbo, o que gera impactos não só na classificação dos termos que se relacionam ao constituinte verbal, como também em relação à própria classificação do verbo. Apesar de ser um polêmica duradoura, dado que discussões a esse respeito duram mais de cem anos, ela não está perto de ser resolvida, ao passo que os gramáticos mais conservadores tendem a classificar como adjuntos adverbiais termos que os linguistas modernos tendem a classificar como argumentos verbais.

Dentre os casos de discordâncias entre os estudiosos, o que mais chama a atenção, devido ao tamanho da polêmica, são os locativos, que ora são considerados como adjuntos adverbiais, ora são considerados argumentos verbais. Um dos casos mais relevantes para a discussão que trazemos acerca da grade argumental dos verbos da língua portuguesa é sobre o verbo “ir”.

De acordo com a Gramática Tradicional, todos os termos que podem se ligar ao verbo “ir” são adjuntos adverbiais, haja vista que, segundo essa classificação, o verbo “ir” seria um verbo intransitivo e não teria nenhum argumento interno. Já de acordo com a Linguística Gerativa, determinados locativos podem ser considerados como argumentos internos do verbo “ir”, o que levaria à mudança da sua classificação, de modo que esse verbo deixasse de ser intransitivo. Desse modo, apresentamos as defesas dos principais estudiosos no assunto, trazendo as diferentes perspectivas e as soluções por eles apresentadas para, de fato, acabar com essa polêmica - sem que ela seja inteiramente resolvida, dado que nenhum desses argumentos é final.

Frente a isso, o objetivo geral deste trabalho é contribuir para o ensino de sintaxe na Educação Básica no contexto de português como língua materna. O objetivo específico é investigar quais critérios são utilizados para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais em três livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. Considera-se a seguinte pergunta de pesquisa: qual é a natureza dos critérios utilizados em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais? Para alcançar o primeiro objetivo, adotou-se uma análise qualitativa de materiais didáticos levando em consideração as categorias de análise “presença de critérios semânticos” e “presença de critérios morfossintáticos” (Perini, 1985).

Este artigo se subdivide em três seções. Na primeira seção, descrevem-se os critérios empregados em gramáticas tradicionais, descritivas e em trabalhos gerativistas para diferenciar argumentos internos preposicionados de adjuntos adverbiais. Além disso, caracteriza-se a concepção de ensino adotada. Na segunda seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos

e analíticos. Finalmente, na terceira seção, expõem-se os resultados e as análises adotadas.

1. Pressupostos teóricos

Nesta seção, serão apresentados os critérios de diferenciação entre argumentos e adjuntos em Gramáticas Tradicionais, Gramáticas Descritivas e na Linguística Gerativa. Justifica-se a inclusão das generalizações de gramáticas normativas por conta do fato de que não apenas tais gramáticas detêm de teor prescritivo, mas também descritivo (cf. Tescari Neto; Souza de Paula, 2021).

Em seguida, os principais parâmetros para o estabelecimento de um ensino ativo e científico de sintaxe serão apresentados, expondo-se a concepção de ensino explicitamente adotada. Tal concepção se aparta de um entendimento de gramática como um meio para produção e compreensão textual, haja vista que adota categoricamente a noção de que o ensino de regras gramaticais deve ser um fim em si, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência linguística por meio de processos metacognitivos e indutivos.

1.1 Critérios de diferenciação entre argumentos e adjuntos em Gramática Tradicionais

Consenso, por vezes, não é uma palavra que possa definir bem as relações entre as gramáticas tradicionais. Mesmo que haja uma certa homogeneidade do caráter prescritivo e normativo do gramático, existem divergências que podem ser insolúveis em determinados casos. É o que ocorre, sem muitas concordâncias entre os mais respeitados no assunto em questão, quando se trata da diferença entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais. Ambos os termos se ligam ao verbo, porém os primeiros são considerados termos integrantes da oração e os segundos, termos acessórios da oração. Até essa definição primária, gramáticos de diversas correntes concordam

absolutamente entre si, embora divirjam exatamente na identificação e na exposição de exemplos que mostrem o que é objeto indireto e o que é adjunto adverbial.

Nesse sentido, para esta pesquisa, buscamos os principais nomes da gramática tradicional para investigar quais seriam os pontos de convergência e de divergência no tocante à diferenciação entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais. Além disso, como é também foco desta pesquisa uma análise linguística gerativista, questionamos os critérios usados por cada gramático, isto é, se foram usados critérios morfológicos, sintáticos ou semânticos. Para realização desta etapa, foram elencadas as gramáticas dos seguintes autores: Chaves de Melo (1978), Alves (1984), Azeredo (2008), Cunha e Cintra (2016), Rocha Lima (2021), Sacconi (1994), Bechara (2019) e Mendes de Almeida (1997). Os critérios utilizados são diferentes e, por vezes, combinados em cada uma dessas gramáticas, porém, nesta pesquisa, valorizamos principalmente os critérios sintáticos, os quais são destaque da análise dos trabalhos de linguistas gerativistas sobre esse tema. Desse modo, em um primeiro momento, entendemos de que maneira a gramática tradicional interpreta essa distinção entre objeto indireto e adjunto adverbial.

A começar por um dos gramáticos mais conservadores do nosso idioma, Napoleão Mendes de Almeida (1997), vemos uma explicação bastante concisa sobre a diferença entre os termos verbais integrantes e acessórios da oração. A sua explicação obedece majoritariamente a critérios semânticos, traçando alguns paralelos com critérios morfológicos, principalmente no que diz respeito ao uso da preposição “a”, na regência dos verbos transitivos indiretos. Todavia, Mendes de Almeida (1997) apresenta poucos critérios puramente sintáticos para essa análise e, como dito, sua explicação é bastante breve. Nesse âmbito, entende-se que tal brevidade é também uma proposição estratégica, tendo em vista que o referido gramático, à época, estava ciente da polêmica em torno da classificação desses dois termos. Contudo, ele vale-se da concisão de sua exposição acerca desse tema justamente para não dar margem à discussão e encerra o assunto com um desabafo crítico:

“É desanimador o que se está passando em alguns colégios e até em faculdades; desastrosamente, para o português e principalmente para o latim, andam ensinando que o verbo ir e outros são transitivos indiretos porque, dizem, vêm com complemento antecedido de preposição. Não! Isso é um atentado à sintaxe. Ensinar isso é não saber o que é regência verbal nem em latim nem em português; teria graça ensinar que há dois objetos indiretos na oração ‘Foi do Rio para Recife’; e se estivesse ‘Foi do Rio para Recife por Belo Horizonte’? Não temos aí objetos mas adjuntos adverbiais de lugar: de lugar donde, de lugar para onde e de lugar por onde.” (p. 432, 1997)

Mendes de Almeida (1997) posiciona-se veementemente contrário à aceção de que os locativos possam funcionar como objetos indiretos. Na mesma linha de pensamento dele, seguindo uma perspectiva mais conservadora na análise dos termos integrantes e acessórios da oração, estão os gramáticos Celso Cunha e Lindley Cintra (2016), Chaves de Melo (1978) e Sacconi (1994). Nesse cenário, tais gramáticos não fazem uma exposição detalhada sobre a diferença entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais, embora façam uso majoritário de critérios semânticos para diferenciá-los, sobretudo no que diz respeito ao caráter opcional do termo. Nesse ponto, inclusive, estes últimos estudiosos concordam que o adjunto adverbial está na periferia do sintagma e traz uma informação circunstancial, de modo que não seja o alvo do verbo, sendo esta função exclusiva do objeto indireto. Com isso, eles não entram na polêmica dos locativos da mesma maneira que Mendes de Almeida, ainda que ressoe esse posicionamento em suas definições e em seus exemplos.

Sob uma perspectiva menos conservadora e mais alinhada com as interpretações dos linguistas modernos, ainda que sob a orientação prescritiva, está o gramático Rocha Lima (2021). Tendo em vista que, mesmo que se parta de critérios semânticos como defendidos pelos outros gramáticos já referenciados, ainda podem emergir dúvidas, principalmente no tocante aos locativos, então, Lima propõe um sistema com mais possibilidades de classificação. O problema advindo da análise dos gramáticos mais

conservadores é que se torna difícil o consenso de que o locativo seja sempre um termo acessório na oração e, portanto, um adjunto adverbial. Em frases como: “Eu fui à padaria”, é complicado chegar à conclusão de que o sintagma “à padaria” seja simplesmente acessório e, por isso, atualmente há um movimento que o identifica como um argumento verbal. Deixando, momentaneamente, de lado essa discussão, Rocha Lima (2021) visa resolver esse problema sugerindo uma terceira via.

Na verdade, não apenas uma terceira via, mas também uma quarta e até uma quinta. Esse gramático oferece cinco possibilidades de termos que se ligam ao verbo: o objeto direto, o objeto indireto, o complemento relativo, o complemento circunstancial e o adjunto adverbial. Resumidamente, o objeto direto seria, por definição, o que é dito consensualmente pelas outras gramáticas, cujo critério principalmente é sintático: a substituição pelos clíticos “o, a, os e as”. Já o objeto indireto, identificado pelo caso dativo, seria apenas o receptor ou beneficiário da ação verbal e substituível pelos pronomes “lhe e lhes”. Nesse caso, os outros termos preposicionados, identificados tradicionalmente como objetos indiretos, que não são substituídos por tais clíticos, poderiam ser considerados complementos relativos, algo que já distingue enormemente Rocha Lima (2021) dos demais gramáticos já referenciados. O que chama a atenção, nessa proposição revolucionária do autor, é a separação entre os complementos circunstanciais e os adjuntos adverbiais. Por critérios puramente semânticos, os adjuntos adverbiais seriam os termos acessórios que não são exigidos como alvo da informação verbal. Os complementos circunstanciais, porém, tem uma relação mais necessária com o verbo e seriam, nesse caso, tais locativos, como discutimos.

Essa seria a terceira via explorada por Lima, os locativos em frases como: “Maria foi à padaria” não seriam nem objetos indiretos nem adjuntos adverbiais, seriam complementos circunstanciais, mesmo que não sejam imediatamente exigidos para cumprimento da informação verbal, não são plenamente descartáveis. A análise desse autor parece-nos mais uma tentativa de criar um tipo especial de adjunto adverbial do que de fato resolver o

problema, algo que de modo semelhante faz Azeredo (2008) em sua gramática. Esse gramático propõe que não existam objetos indiretos e os renomeia como complementos relativos, isto é, complementos preposicionados que, por isso, diferenciam-se dos objetos diretos. O critério de Azeredo (2008) combina aspectos semânticos e morfológicos, pois o complemento relativo é exigido pela grade argumental do verbo, enquanto o adjunto verbal não. Este último, definido sob um critério puramente semântico, é uma parte necessária do significado total. Com isso, não houve avanços consistentes desses gramáticos para superar o rigor e o conservadorismo de Mendes de Almeida e seus simpatizantes.

Por último, cabe citar a “Moderna Gramática Portuguesa” (2019), de Evanildo Bechara, a qual traz uma discussão mais sóbria e atualizada sobre o assunto, mostrando pontos de convergência e de divergência à linha de pensamento de Mendes de Almeida mais bem elaborados. Em vez de criar mais categorias para os termos ligados ao verbo, o que estaria na contramão dos estudos da linguística gerativa, que visa a soluções binárias (argumento x adjunto), Bechara (2019) explica a diferença entre: termos nucleares e marginais, termos argumentais e não argumentais, termos opcionais e não opcionais e termos integráveis e não integráveis. Percebemos, nesse sentido, que essa divisão proposta pelo gramático obedece ao estimado binarismo e mostra diferentes caminhos, sejam eles mais ou menos sintáticos, para diferenciarmos os objetos indiretos dos adjuntos adverbiais. Com isso, vale a pena comentar cada um desses quatro meios de distinção.

Os termos nucleares são termos que se relacionam diretamente com o verbo, enquanto os termos marginais se relacionariam com toda a oração. Esse já pode ser identificado como um primeiro critério sintático para diferenciar objetos indiretos de adjuntos, sendo os primeiros nucleares e os segundos, marginais. Essa distinção, contudo, não é suficiente e, por isso, ele traça a distinção entre termos argumentais, os quais estão ligados ao conteúdo do pensamento designado pelo verbo e não argumentais, os quais podem ser eliminados da oração, pela coesão fraca, pela independência sintático-

semântica em relação ao predicado, com maior liberdade na colocação da oração. Esse critério, diferentemente, já possui um caráter semântico muito mais evidente e necessário que o anterior. Em seguida, ele mostra a distinção entre termos opcionais e não opcionais (um critério que não interessa à nossa investigação), enquanto os primeiros podem ser facilmente eliminados pelo contexto, os segundos não podem. Todavia, esse critério não auxilia na distinção entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais, já que objetos indiretos podem ser opcionais e adjunto adverbiais não opcionais, contrariando a nossa intuição. Por fim, ele mostra a diferença entre termos integráveis e não integráveis, o que corresponderia à capacidade de um termo poder ser substituído por um clítico, o que acontece com os objetos diretos de modo geral pelos pronomes “o, a, os e as” e com alguns objetos indiretos pelos pronomes “lhe e lhes”.

Em resumo, Bechara (2019) traz bons indicativos e reflexões atualizadas sobre a natureza do objeto indireto e do adjunto adverbial, embora não mostre um critério puramente sintático e objetivo para diferenciação desses termos. Nesse viés de análise, ele avança os estudos normativos com base na posição inicialmente conservadora de Mendes de Almeida (1997) sem que acabe incorrendo na criação de novas nomenclaturas que mais compliquem esse assunto excessivamente polêmico. Com isso, ele mostra-se ciente das atuais discussões da linguística gerativa que identifica, em alguns clássicos adjuntos adverbiais da gramática tradicional, termos argumentais, embora ainda mostre exemplos que estão alinhados à posição de Mendes de Almeida, principalmente no tocante aos locativos identificados como adjuntos adverbiais. Assim sendo, para dar continuidade a esta pesquisa, finalizamos a investigação das gramáticas tradicionais e damos início à análise das gramáticas descritivas, que visam descrever, sem ter com isso objetivos normativistas, como os dos autores mencionados.

1.2 Critérios de diferenciação entre argumentos e adjuntos em Gramática Descritiva

Entre as gramáticas descritivas analisadas para identificação de critérios de diferenciação entre argumentos e adjuntos verbais, trazemos as gramáticas de Castilho (2022) e de Mira Mateus (2003). Trata-se de análises linguísticas que não visam, necessariamente, à prescrição, embora tragam também mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos para a classificação de termos ligados ao verbo. Tendo isso em vista, vê-se uma disposição mais alinhada aos trabalhos da Linguística Moderna, mormente, caminhando em uma direção diferente dos gramáticos mais tradicionais, a exemplo de Napoleão Mendes de Almeida (1997) e de seus seguidores. Desse modo, mostramos como, a partir da visão da gramática descritiva, podemos entender de que maneira alguns tradicionais adjuntos adverbiais, principalmente os locativos, podem ser considerados parte da grade argumental do verbo.

Em Castilho (2022), o verbo pode se ligar a três tipos de constituintes preposicionados: o objeto indireto, o complemento oblíquo e o adjunto adverbial. Os dois primeiros fazem parte da grade argumental do verbo, enquanto o último é adjungido na duplicação da projeção máxima do sintagma verbal. Com isso, objeto indireto e complemento oblíquo estariam mais próximos entre si do que do adjunto adverbial. Desse modo, para diferenciar os três, Castilho propõe critérios morfossintáticos, de modo que as considerações semânticas, sobrevalorizadas pelos gramáticos mais tradicionais, não sejam adotadas como critérios práticos. No entanto, esses mesmos critérios já podiam ser encontrados nas gramáticas prescritivas que analisamos e, apesar da diferença de nomenclatura, alguns deles também estão presentes nas análises de Mendes de Almeida (1997).

Inicialmente, o objeto indireto é um argumento interno preposicionado que pode ser comutado pelos clíticos “lhe” ou “a ele”, possuindo caso dativo, cujo papel temático é de beneficiário. Esse critério não é novo e está presente nas gramáticas tradicionais, mas, tal como Rocha Lima (2021) propõe,

Castilho (2022) exclui uma série de outros tradicionais objetos indiretos que, regidos por outras preposições, não podem ser comutados pelos pronomes “lhe” ou “a ele”. A nova nomenclatura usada pelo gramático descritivo é que os argumentos internos introduzidos por outras preposições é o complemento oblíquo. A nomenclatura, dessa vez, está em consonância com as gramáticas gerativas, ainda que possa identificar-se quase plenamente ao que Rocha Lima (2021) nomeia como complemento relativo. Nesse caso, temos aquela terceira via que, de maneira mais radical ainda, vai incorporar tradicionais adjuntos adverbiais como complementos oblíquos.

Isso ocorre porque Castilho (2022) considera que os argumentos internos podem ser comutáveis por uma preposição mais os termos “ele”, “isso” ou “lá”. Nesse caso, chama a atenção a presença do advérbio “lá”. Em frases como: “Eu fui à padaria”, que, na análise de Mendes de Almeida (1997), há um adjunto adverbial, na análise de Castilho (2022), existe um complemento oblíquo, isto é, um termo que faz parte da grade argumental do verbo. Isso se justificaria pelo fato de que o termo “à padaria” pudesse ser substituído por “lá”: “Eu fui lá”. Não obstante, sabemos que esse tipo de locativo pode aparecer em quaisquer construções verbais, de modo que teremos sempre, em toda grade argumental, a presença desse complemento oblíquo. Dessa forma, é difícil diferenciar quando um locativo pode ser de fato um complemento oblíquo ou um adjunto adverbial, já que a comutação por “lá” quase sempre pode ser realizada.

Para isso, temos que entender o que ele define como adjunto adverbial. Trata-se de um termo adjacente não selecionado pelo verbo, que não pode ser comutado por pronome, visto que não há atribuição de caso. Em sua dimensão sintática, adjuntos adverbiais podem ser focalizados com “só” e “apenas”, podem ser clivados por “é que” e podem ser interrogados. Com isso, eles podem mover-se livremente pela sentença e, até mesmo, ser omitidos. Esses critérios podem ser úteis para diferenciar, por exemplo, quais locativos são complementos oblíquos e quais são adjuntos adverbiais, embora não sejam produtivos para os exemplos mais polêmicos. Nesse sentido, com o intuito

de identificar critérios que sejam mais assertivos para traçar essa diferença, trazemos também a análise de Mira Mateus (2003) sobre a distinção de objetos indiretos e adjuntos adverbiais, principalmente no tocante a locativos.

Para definir os objetos indiretos, Mira Mateus (2003) vale-se de critérios muito próximos dos de Castilho (2022), já que, segundo a autora, o objeto indireto é um argumento interno de verbos de dois ou três lugares cujo papel temático é de alvo ou fonte. Os critérios sintáticos seriam os mesmos adotados por Castilho (2022), haja vista que o objeto indireto pode ser comutado pelos pronomes “lhe” e “a ele”, assim como ser retomado por interrogativas como “a que” e “a quem”. Quanto aos critérios semânticos, o objeto indireto pode ser mais ou menos animado e, por isso, nem sempre será o beneficiário da ação verbal, principalmente em frases com esse argumento interno menos animado, como em verbos de dois lugares ou quando o objeto direto for um nome deverbal. Todavia, esses últimos critérios parecem ter sido adotados somente porque a tradição já usa a preposição “a”, isto é, a mesma que introduz os objetos indiretos de caso dativo. Desse modo, ela busca critérios para identificá-los como parte das mesmas classes devido à semelhança das suas construções.

Já em relação aos oblíquos, constituintes introduzidos por preposição, Mira Mateus (2003) os divide em dois grupos: os oblíquos complementos e os oblíquos adjuntos. Para diferenciar ambos, a gramática descritiva propõe que os oblíquos complementos não podem ocorrer em uma interrogativa segundo o esquema “O que é que SU fez OBL” / “O que é que aconteceu a SU OBL”. Nesse caso, seriam agramaticais frases como: “O que é que João fez na estante?” ou “O que é que João fez do México para Lisboa?”, uma vez que os termos que aparecem nessas frases fazem parte da grade argumental do verbo e a presença deles torna essas sentenças agramaticais. Com isso, é possível entender de maneira mais objetiva em comparação à análise de Castilho (2022) como diferenciar os locativos que são complementos dos que são adjuntos. Dessa forma, os adjuntos adverbiais seriam aqueles que poderiam aparecer nessas interrogativas sem gerar agramaticalidade, como:

“O que é que João comprou na padaria”. Nesse caso, a presença do locativo “na padaria” na interrogativa não gera uma sentença agramatical.

Em resumo, Mira Mateus (2003) adota os seguintes critérios sintáticos para diferenciar argumentos verbais de adjuntos verbais, os quais ela nomeia como oblíquos complementos e oblíquos adjuntos, respectivamente: interrogativas com o verbo “fazer” (que já referenciamos), supressão e extração em “ilhas Q”. O critério de supressão é o mais simples dos três e pode até ser encontrado em gramáticas tradicionais, já que implica que o oblíquo adjunto pode ser suprimido da frase sem que haja perda de sentido. Já com o critério das “ilhas Q”, advérbios argumentais podem ser extraídos da sentença, como em frases: “Onde é que você perguntou que o Pedro mora”, dado que o locativo que se liga ao verbo “morar” é um argumento interno e o pronome “onde” recai sobre o próprio verbo “morar”; enquanto em frases como: “Onde é que você perguntou que o Pedro trabalha” seria agramatical, posto que o locativo que se liga ao verbo “trabalhar” é um adjunto adverbial e o pronome “onde” não consegue se ligar ao verbo “trabalhar”. A gramaticalidade desta última sentença só ocorre se o pronome “onde” recair sobre o verbo perguntar, de modo que se obtenha o local em que foi feita a pergunta e não o local em que se trabalha.

Portanto, a partir da análise dessas duas gramáticas descritivas, vimos pontos de convergência e de divergência com as próprias gramáticas tradicionais e consistentes avanços em relação à distinção de objetos indiretos e adjuntos adverbiais. Nesse caso, encontramos uma constante na criação de uma nova nomenclatura para os termos que se ligam ao verbo, que diferenciem os objetos indiretos de caso dativo dos demais, chamados de complementos relativos ou oblíquos complementos, respectivamente em Castilho (2022) e em Mira Mateus (2003). Esses critérios são de maior interesse para dar continuidade à discussão, na medida em que propõem soluções que abarcam um grande escopo de frases para diferenciar o que faz do que não faz parte da grade argumental, principalmente em Mira Mateus (2003). Assim sendo,

podemos avançar ainda mais e entender como os linguistas gerativistas enxergam essa distinção.

1.3 Critérios de diferenciação entre argumentos e adjuntos em Gramática Gerativa

No que concerne aos critérios de diferenciação entre argumentos internos preposicionados e adjuntos adverbiais na Sintaxe Gerativa a partir de dados do português do Brasil, convém citar as contribuições de Augusto (1998), Duarte (2007), Miotto, Silva e Lopes (2013), além de Moura e Miliorini (2018). Serão resenhados brevemente tais trabalhos abaixo e, em seguida, serão analisadas as convergências e divergências entre tais critérios.

Em Augusto (1998), adota-se a proposta de Ross (1967) referente à diferença entre ilhas fortes e ilhas fracas. Identificam-se ilhas fortes como contextos sintáticos em que argumentos e adjuntos não podem ser extraídos por meio de movimento. Em “*Quem(t) você viu o homem que beijou (t)?”, o constituinte Wh “quem” é inserido como argumento interno do predicador “beijar”, porém tal complemento não pode ser retirado da posição em que é inicialmente soldado (“Você viu o homem que beijou quem?”). Em “*Como(t) você viu o homem que beijou José (t)?”, o constituinte Wh é adjunto do predicador verbal “beijar”, embora tal adjunto não possa ser alçado a uma posição distinta a que foi soldado (“Você viu o homem que beijou José como?”). Diz-se, assim, que tal contexto sintático, especificamente de relativização, é um exemplo de ilha sintática forte, haja vista que inviabiliza a extração de argumentos e de adjuntos.

Dentre os contextos de ilha sintática forte, Augusto (1998, pp. 52-53) cita: 1) a restrição sobre sintagmas nominais complexos de orações relativas, conforme se observa respectivamente nos pares “*O que(t) você encontrou alguém que comprou (t)?” vs. “*Como(t) você encontrou alguém que consertou o carro (t)?” e de sintagmas nominais de orações completivas nominais “*O que(t) você ouviu o boato de que a Maria havia comprado (t) ?” vs. “*Como(t)

você ouviu o boato de que a Maria consertou o carro (t)?”, 2) a restrição sobre sujeito oracional, como se observa em “*Que livros (t) [comprar (t)] é difícil?”, 3) a restrição sobre sentenças coordenadas, conforme se observa em “*O que(t) a Maria comprou um livro e (t)? e (4) a restrição sobre adjuntos, como se observa em “*O que(t) você saiu da livraria sem comprar (t)? Em todos esses contextos, assim, argumentos e adjuntos não podem ser extraídos.

Identificam-se ilhas fracas como contextos sintáticos em que apenas adjuntos não podem ser extraídos. Em “O que(t) você perguntou que a Maria consertou (t)?”, o constituinte Wh “o que” é argumento interno do predicador verbal biargumental “consertar”. Observa-se, entretanto, que não há qualquer impossibilidade de movimento deste complemento para a periferia esquerda (ou espaço do CP) da oração matriz. Em “*Como(t) você perguntou que a Maria consertou o rádio (t)?”, o constituinte Wh “como” é adjunto adverbial de “consertar” e não pode ser alçado à periferia esquerda da oração matriz sem haver prejuízo a sua gramaticalidade ou a seu escopo. Dentre os contextos sintáticos de ilha fraca, Augusto (1998, pp. 52-53) aponta: 1) a restrição sobre ilha QU, conforme se observa na impossibilidade de extração do adjunto “como” em “*Como (t) você se perguntou o que (i) a Maria consertou (t) (i)?” em oposição a “O que(i) você se perguntou que a Maria consertou (i)?, 2) a restrição sobre ilha negativa, como se observa na impossibilidade de extração do adjunto da oração subordinada “por que” em “*Por que(t) você não acredita que eles o despediram (t)? em oposição a “Quem(i) você não acredita que eles despediram (i)?, 3) a restrição sobre ilha factiva, conforme se observa na impossibilidade de extração do adjunto da oração subordinada “por que” em “*Por que(t) você lamentou que a Maria tenha chegado (t)?” em oposição “Quem(i) você lamentou que tenha chegado (i)? e 4) a restrição sobre extraposição, como se observa na impossibilidade de extração do adjunto da oração subordinada “por que” em “*Por que(t) está na hora de começar o show (t)?, em oposição a “O que(i) está na hora de começar (i)?”. Em todos esses contextos, argumentos podem ser extraídos

por movimento, mas adjuntos não o podem. Há, dessa forma, uma assimetria puramente sintática no comportamento de adjuntos e de argumentos.

Adota-se, neste trabalho, que a assimetria no comportamento sintático entre adjuntos e argumentos pode se revelar como diagnose para diferenciar esses dois conceitos. Ao se empregarem os contextos sintáticos de ilha fraca, é possível, assim, distinguir o comportamento de argumentos internos preposicionados de adjuntos adverbiais, conforme se observa em “De quem (i) você lamentou que o Pedro gosta (i)”, em que é possível extrair o argumento interno oblíquo “de quem” e em “*Por que(t) você lamentou que o Pedro gosta da Ana (t)?”, em que não é possível extrair o adjunto “por que” sem modificar seu escopo. Escarçam, contudo, propostas que visem a adequar tais predições a sequências didáticas de língua materna.

Em Duarte (2007), advoga-se pela diferença sintática entre argumentos internos preposicionados e adjuntos adverbiais. No âmbito dos argumentos internos preposicionados, assume-se a existência de objetos indiretos e complementos oblíquos, no espírito da proposta de Mateus *et al.* (2003). Aponta-se que objeto indireto é um argumento interno preposicionado, de papel temático de alvo, fonte, receptor e beneficiário, especificado, geralmente, para o traço [+animado] e comutável pelo pronome dativo “lhe/hes”. Dessa forma, em “Pedro entregou a encomenda ao rapaz”, o predador verbal triargumental “entregar” seleciona dois argumentos internos. O primeiro argumento interno é “a encomenda”, um DP acusativo, de papel temático de tema e [-animado]. O segundo argumento interno é “ao rapaz”, um PP dativo, comutável pelo clítico “lhe” (Pedro entregou-lhe a encomenda), de papel temático de receptor e especificado positivamente para o traço de animacidade. Este último termo é classificado, assim, como objeto indireto.

Em oposição, considera-se complemento oblíquo como um argumento interno preposicionado, não comutável pelo clítico dativo “lhe”, que não tem necessariamente papel temático de beneficiário, alvo, receptor ou fonte, tampouco é especificado positivamente para o traço de animacidade. À vista disso, em “Pedro gosta de papel”, o predador verbal “gostar” seleciona como

argumento interno o PP oblíquo “de papel”, que não é comutável por “lhe” (“*Pedro gosta-lhe”), não tem os papéis temáticos mencionados, tampouco é [+animado]. Semelhantemente, em “Pedro foi ao mercado”, o predicador verbal “ir” seleciona como argumento interno o PP locativo “ao mercado”, que não é comutável por “lhe” (“*Pedro foi-lhe), não tem os papéis temáticos mencionados, tampouco é [+animado]. Embora para a Gramática Normativa (Cunha; Cintra 2016) e para a NGB (Brasil, 1959), “ao mercado” não seja compreendido como argumento do verbo “ir”, haja vista o tradicional estatuto intransitivo de tal verbo, sustenta-se que o PP sob análise faz parte de estrutura argumental do verbo.

Para Duarte (2007), adjuntos adverbiais, entretanto, são elementos que caracterizam circunstâncias relacionadas a uma eventualidade, adjungindo-se a um predicador. Duarte (2007, p. 16) afirma que “adjuntos adverbiais podem ocorrer em número ilimitado e não devem ser vistos como termos “acessórios”, haja vista que, para fins comunicativos, nada é prescindível em uma sentença.

Em Miotto, Silva e Lopes (2013), aponta-se que, enquanto argumentos internos e argumentos externos podem ser selecionados por predicadores verbais, adjuntos adverbiais não o são. Nesse sentido, adjuntos adverbiais não são regidos pela grade argumental, não sendo, pois, objetos de seleção categorial (doravante c-seleção) e seleção semântica (doravante s-seleção). A partir de uma perspectiva lexicalista clássica (cf. Chomsky 1970), as especificidades do léxico conduzem o processo de seleção argumental. Em outras palavras, a partir de um item como “comprou”, seleciona-se como argumento externo um DP agentivo e como argumento interno um DP tema, que, por definição, seja afetado pelo evento de “comprar”. Tais argumentos, conforme apresentado, são selecionados a partir de critérios categoriais (c-seleção) e semânticos (s-seleção). Em contrapartida, adjuntos adverbiais não são selecionados nem categorialmente nem semanticamente pelo predicador verbal. Em uma sentença como “João comprou o bolo”, existe um evento de comprar que culminou em um momento anterior ao presente (passado) e

que teve como agente o DP “João” e como tema o DP “o bolo”. Salienta-se que, em uma sentença como essa, seria possível inserir um adjunto temporal na forma de um PP ou de um AdvP, bem como inserir adjuntos de outras categorias semânticas, como os locativos. Em outras palavras, adjuntos não são governados pelo predicator quanto ao seu valor semântico ou quanto à sua forma. Fundamenta-se, portanto, o critério de s-seleção em Miotto, Silva e Lopes (2013).

Além disso, também se considera o critério de extração, segundo o qual, em ilhas fracas, adjunto é o domínio de onde não se pode extrair um sintagma. Dessa forma, ao se analisar a sentença “*Quais livros ele está chorando porque Maria leu?”, observa-se que a agramaticalidade desta deriva do fato de que o sintagma “Quais livros”, selecionado como argumento interno de “leu”, não pode ser extraído para uma posição criterial, por estar no domínio de um adjunto “porque Maria leu [quais livros]”. De forma mais evidente, sua contraparte gramatical seria resultante da ausência de movimento na sintaxe estrita (cf. Huang 1982), conforme se constata na aceitabilidade de “Ele está chorando porque Maria leu quais livros?”

Em Miotto, Silva e Lopes (2013), aponta-se que adjuntos adverbiais na forma de um PP são comumente introduzidos por preposições lexicais, ou fortes (cf. Rocha Lima, 2021), ao passo que os argumentos internos na forma de PP seriam comumente introduzidos por preposições funcionais. Dessa forma, em uma sentença como “Maria desmaiou sobre a mesa”, o PP “sobre a mesa” seria adjunto, haja vista a impossibilidade de substituir o DP “a mesa”, selecionado pela preposição lexical “sobre”, por outro de natureza distinta “*Maria desmaiou sobre a quinta-feira” (cf. Miotto, Silva e Lopes, 2013, p.84). Similarmente, em “Maria desmaiou na mesa”, a preposição “em” tem natureza lexical e seleciona semanticamente o DP “mesa”. Portanto, tanto “sobre a mesa” quanto “na mesa” são adjuntos do verbo “desmaiar”.

Convém, ainda, salientar que, em Miotto, Silva e Lopes (2013), emprega-se o teste da opcionalidade. De acordo com este, adjuntos adverbiais preposicionados podem ser excluídos da oração sem qualquer prejuízo à

aceitabilidade e à gramaticalidade da sentença (“Maria desmaiou pela manhã” vs. “Maria desmaiou”, ao passo que argumentos internos preposicionados não o podem (“Maria gosta de flores” vs. “*Maria gosta”).

Portanto, adotam-se, em Miotto, Silva e Lopes (2013), os testes extração, opcionalidade, s-seleção e de preposição lexical. Ao se contrastarem Augusto (1998) e Miotto, Silva e Lopes (2013), nota-se a existência de uma concordância de um critério para distinguir argumentos internos preposicionados e adjuntos adverbiais preposicionados, a saber: o Teste da Extração. Em contrapartida, em Duarte (2007), sustenta-se tal diferenciação sobretudo pelo emprego do teste de comutação, também adotado por descritivistas como Castilho (2022).

Finalmente, em Moura e Miliorini (2018), são adotados um conjunto de critérios para diferenciar argumentos internos preposicionados de adjuntos adverbiais, a saber: 1) Teste da Opcionalidade, 2) Teste da Retomada Anafórica, 3) Teste de Acarretamento, 4) Teste de S-seleção e 5) Teste de Subcategorização. Resenham-se, assim, tais testes.

De acordo com o Teste da Opcionalidade, o argumento verbal é essencial para satisfazer a grade argumental de um predador, ao passo que o adjunto não faz parte da grade argumental de um predador. Consequentemente, adjuntos adverbiais preposicionados podem figurar opcionalmente no predicado, ao passo que argumentos internos preposicionados não são alvo de tal opcionalidade. A formulação inicial deste critério pode ser observada em Jackendoff (1977) e é, até hoje, um dos critérios que mais são empregados para diferenciar argumentos de adjuntos. Sendo assim, em sentenças como “O manobrista colocou o carro na vaga” e “O motorista estacionou o carro na vaga”, retiradas de Kenedy (2013, p.156) *apud* Moura e Miliorini (2018, pp. 575-576), o PP “na vaga” tem função sintática distinta. Em “O manobrista colocou o carro na vaga”, “na vaga” exerce função oblíqua (cf. Mira Mateus, 2005), haja vista o fato de ser um argumento interno preposicionado não comutável por “lhe” que não pode ser elidido da sentença (“*O manobrista colocou o carro”). Em “O motorista estacionou o carro na vaga”, “na vaga” exerce função sintática de adjunto adverbial, haja vista o fato de poder ser

eliminado da sentença, não integrando a grade argumental do verbo “O motorista estacionou o carro”.

Em relação ao Teste da Retomada Anafórica, formulado inicialmente em Jackendoff (1977), somente os adjuntos de um predicador verbal podem ser retomados por expressões como “fez isso”, por não integrarem o sintagma verbal, enquanto os argumentos podem ser retomados por meio de tais expressões, por integrarem o sintagma verbal. Consequentemente, argumentos internos preposicionados não podem ser retomados anaforicamente pelas referidas expressões, ao passo que adjuntos adverbiais preposicionados o podem. À vista disso, em uma sentença como “Pedro leu o livro na internet e João fez isso na biblioteca”, a anáfora “isso” retoma o VP “leu o livro”, mas não retoma o PP adjunto “na internet”, que, embora esteja contido em um VP, não o integra (cf. Moura; Miliorini, 2018, p. 582). Em uma sentença como “*Pedro colocou o livro na estante e João *fez isso* na mesa”, anáfora “isso” retoma o VP “colocou o livro na estante”, haja vista que o argumento interno oblíquo “na estante” integra o VP.

No que concerne ao Teste de Acarretamento, formulado inicialmente em Dowty (1982), em face de sua essencialidade, argumentos seriam acarretados pelo predicador verbal. Sendo assim, em uma sentença como “O João colocou o livro na mesa”, o predicador verbal “colocou” acarreta que houve um agente “O João”, um tema afetado “o livro” e um locativo “na mesa”. Contudo, em “João colocou o livro na mesa de forma rápida”, “colocou” não acarretaria a existência de uma forma específica de alocação de objetos, como se nota em “de forma rápida”. Embora tal teste seja apresentado por Moura e Miliorini (2018), as autoras assumem que a formulação deste não parece ser precisa, tampouco sua efetividade na sintaxe.

Referente ao Teste de S-seleção, formulado inicialmente em Dowty (1982), predicadores verbais não impõem restrições semânticas a adjuntos adverbiais, apenas a argumentos. Tal argumento é adotado também em Mito, Silva e Lopes (2013). Neste contexto, em uma sentença como “João comeu o bolo de maneira rápida”, o PP “de maneira rápida” poderia ser

comutado por outros PPs adjuntos de traços semânticos distintos. Semelhante propriedade não se observa em argumentos externos, como “João”, que deve ser necessariamente [+animado] e [+agente], e em argumentos internos, como “o bolo”, que deve ser necessariamente [+tema] e [-agente].

Finalmente, no que tange ao Teste de Subcategorização, formulado também inicialmente em Dowty (1982), adjuntos modificadores são recursivos, isto é, podem se articular ao predicado verbal de forma infinita, ao passo que argumentos não o são, figurando, no máximo, em três posições. A partir de tal formulação, em uma sentença como um predicador verbal inergativo como “João trabalhou”, é possível articular uma série de modificadores adverbiais, sem ocasionar agramaticalidade “João trabalhou rapidamente na casa de sua mãe felizmente de maneira vigorosa (...)”. Em contrapartida, em uma sentença como “Pedro prefere doces a salgados”, embora seja possível inserir infinitos modificadores adverbiais, apenas três argumentos podem figurar sem ocasionar agramaticalidade, conforme se observa em “*Pedro prefere doces a salgados João Ana pizza”. Com base em Haegeman (1994), interpreta-se que tal teste seja um produto direto da atuação do Filtro do Caso e das restrições de atribuição de caso morfológico.

Contrastando-se Moura e Miliorini (2018) com Mioto, Silva e Lopes (2013), nota-se que há concordância quanto ao emprego do Teste de Opcionalidade e ao de S-seleção. Entretanto, Moura e Miliorini (2018) não se comprometem explicitamente com o Teste de Extração, adotado por Augusto (1998) e Mioto, Silva e Lopes (2013), e com o Teste de Comutação, adotado por Duarte (2007). Nota-se, assim, um cenário um tanto heterogêneo, conforme se pode observar na sistematização abaixo.

Quadro 1 - Critérios para diferenciar argumentos internos preposicionados de adjuntos adverbiais em
Síntaxe Gerativa

Tipo de Teste	Augusto (1998)	Duarte (2007)	Mioto, Silva e Lopes (2013)	Moura e Miliorini (2018)
Extração	✓		✓	
Comutação		✓		
Opcionalidade			✓	✓
Retomada Anafórica				✓
Acarretamento				✓
S-seleção			✓	✓
Subcategorização				✓
Preposição Lexical			✓	

Fonte: elaboração própria

Por meio desta sistematização, observa-se que o Teste de Extração, o Teste de Opcionalidade e o Teste de S-seleção parecem ser os que mais são adotados pelos autores em questão, haja vista uma relativa concordância entre estes. Com base em tal observação, adotam-se os referidos testes na atividade a ser apresentada neste trabalho, com o objetivo de incorporar as contribuições das teorias linguísticas no processo de ensino e aprendizagem de português como língua materna.

1.4 Concepção de ensino adotada

Em Vieira (2018), três grandes eixos para o ensino de gramática no contexto de língua materna são apresentados, a saber: 1) o emprego de uma abordagem reflexiva da língua, 2) a análise de recursos linguísticos para a construção textual e 3) o tratamento da variação linguística em sala de aula. À vista disso, segundo a autora, o ensino de gramática não deve ser

compreendido como uma ferramenta para o ensino de leitura e produção textual, conforme se adota em documentos normativos (cf. Brasil 1998, 2017), mas como um fim em si, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de um exercício reflexivo, crítico e contínuo acerca da constituição formal de sua língua e da variedade desta em uma comunidade de fala.

Neste trabalho, adota-se o entendimento de que o ensino de português como língua materna deve objetivar o desenvolvimento, por parte do discente, de uma reflexão linguística ativa, por meio da análise de recursos linguísticos enquanto objetos científicos (Pilati, 2017). No âmbito desta proposta, não apenas se intenciona que o aprendiz reconheça as idiossincrasias do emprego textual-discursivo de elementos sistêmicos (cf. Brasil 1998, 2017), mas que este desenvolva uma consciência científica quanto aos padrões formais de determinada construção em seus diferentes níveis descritivos (morfológico, sintático, semântico). Dessa forma, ao compreender a constituição formal de determinada estrutura por meio de uma abordagem indutiva, o aluno, por meio de sua agência, reconhece-se capaz de tecer generalizações acerca de sua própria língua.

A proposta apresentada baseia-se, assim, em três grandes assunções: 1) os elementos sistêmicos de uma língua devem ser trabalhados explicitamente em sala de aula, 2) o desenvolvimento de um raciocínio indutivo por parte do aluno contribui para a postulação de generalizações profundas acerca de sua língua materna e 3) por meio da indução e da reflexão crítica acerca dos elementos linguísticos, o aluno não só é capaz de empregar ativamente determinadas construções como também compreender o porquê de estas serem empregadas desta forma, em um exercício ativo da metacognição (cf. Vieira, 2018; Pilati, 2017). Intenciona-se, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão crítico-discursiva em relação às estruturas gramaticais (cf. Alves; Machado; Nespoli, 2020).

A apresentação da gramática enquanto objeto científico, a partir do qual o aluno pode fazer generalizações com base em seus conhecimentos linguísticos preconiza a adoção de julgamentos de aceitabilidade como

ferramenta pedagógica (cf. Tescari Neto; Souza de Paula 2021, Tescari Neto; Bergamini-Perez, 2023). Considera-se que por meio de tais julgamentos é possível deixar explícito o conhecimento implícito da gramática interna do aluno acerca de sua própria língua (cf. Franchi, 2006; Tescari Neto; Souza de Paula 2021). Dessa forma, interpreta-se que uma efetiva maneira de emprego de tal ferramenta emerge na confecção de atividades linguísticas e epilinguísticas em que o aluno é convidado a empregar suas intuições ativamente para checar as generalizações importantes acerca das regras gramaticais de sua língua. Convém salientar que, conforme aponta Franchi (2006), ao se apresentarem as características gramaticais de uma língua por meio de uma abordagem científica, o emprego da metalinguagem pode se configurar como uma maneira de sistematizar e organizar as generalizações alcançadas pelos próprios alunos. Não se toma, portanto, como dogma a necessária exclusão de qualquer abordagem metalinguística, haja vista que esta é uma ferramenta de análise e não um fim em si mesma.

2. Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste na análise qualitativa e interpretativa de três materiais didáticos, do PNLD, adotados no ensino básico, a saber: a) “*Identidade 2: Língua Portuguesa*” (Cereja; Dias Vianna; Damien, 2025), b) “*Interação 2: Língua Portuguesa*” (Sette *et al.*, 2024) e c) “*Se liga nas linguagens*” (Ormundo; Siniscalchi, 2020). Em face de seu caráter interpretativo e qualitativo, empregam-se as categorias de análise sistematizadas em Alves, Machado e Nespoli (2020), a saber: 1) Reflexão crítico-discursiva em relação ao tema; 2) Reflexão crítico-discursiva em relação ao texto e 3) Reflexão crítico-discursiva em relação às estruturas gramaticais. À reflexão crítico-discursiva em relação ao tema, arrola-se a maneira como se articulam os aspectos gramaticais a reflexão de temas transversais (cf. Brasil, 1998, 2017). À reflexão crítico-discursiva em relação ao texto, atribui-se a maneira como as características textuais são

discriminadas em interação com as gramaticais ou sistêmicas. Finalmente, à reflexão crítico-discursiva em relação às estruturas gramaticais, designa-se a maneira como as estruturas linguísticas são descritas em seus níveis básicos de articulação (morfológico, semântico e sintático), bem como a promoção do desenvolvimento da consciência metacognitiva discente acerca dessas categorias. Sendo assim, em face do fenômeno sob escrutínio, são observados os critérios utilizados nos materiais didáticos em análise e sua relação com o que se coloca na literatura especializada.

Os procedimentos metodológico-analíticos são: 1) Leitura do sumário das obras para identificar o capítulo e a seção em que se apresenta a diferença entre argumentos e adjuntos; 2) Identificação da estratégia de introdução à diferença entre argumentos e adjuntos, seja por meio do gênero textual, da contextualização temática ou da metalinguagem; 3) Apontamento dos critérios empregados para contrastar argumentos e adjuntos e 4) Enquadramento dos critérios em três tipos, a saber: semântico, morfológico e sintático. Por meio de tais procedimentos, intenciona-se responder às seguintes questões: 1) por meio de quais critérios, os livros didáticos diferenciam argumentos internos preposicionados de adjuntos adverbiais? e 2) Quais estratégias de ensino são comumente utilizadas para introduzir tal diferenciação? Adotam-se os seguintes critérios de exclusão de dados: 1) Capítulos e seções que não versam diretamente sobre a distinção entre argumento e adjunto ou sua caracterização nos livros didáticos e 2) Capítulos e seções de materiais didáticos anteriores à Base Nacional Comum Curricular (cf. Brasil 2017, 2018). Justifica-se o primeiro critério a partir do fato de que a delimitação de um objeto de pesquisa é essencial para a prática científica (cf. Severino, 2024), o que implica a separação de um conjunto de atividades que possam figurar como corpus para tal investigação. Além disso, cientificamente, a delimitação de um corpus específico contribui para a falseabilidade de uma hipótese (cf. Popper 2004) ou mesmo para a resposta a perguntas de pesquisa. Justifica-se o segundo critério a partir do fato de que toda prática pedagógica pode refletir um momento histórico. Assim, sendo a BNCC (cf. Brasil 2017)

um documento normativo acerca das bases curriculares no ensino básico, é necessário analisar obras que se adequem diretamente a tal documento, que, por se tratar de um política educacional, traz consigo um conjunto de pressupostos acerca do processo de ensino-aprendizagem de componentes curriculares.

5. Resultados e análise

Dada a polêmica observada a respeito de quais critérios são mais rigorosos para a diferenciação entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais, é muito importante que nos atentemos também para como essas diferenças estão sendo abordadas na Educação Básica, a partir de livros didáticos de Ensino Médio. Tendo isso em vista, foram adotados três livros didáticos recentes para servirem como base desta análise, os quais são: “Identidade 2” (2026), de Cereja, Viana e Damien, “Interação 2” (2024), de Sette, Ribeiro, Travalha e Bital, e “Se liga nas linguagens” (2020), de Ormundo e Siniscalchi. Dessa maneira, prosseguiremos esta análise com foco em critérios usados por esses autores em relação à diferenciação entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais, buscando entender se a posição majoritariamente adotada na Educação Básica estaria mais próxima da perspectiva dos gramáticos mais tradicionais ou dos linguistas gerativistas.

O primeiro livro que analisamos é “Identidade 2” (2026), recomendado para estudantes do 2º ano do Ensino Médio. Em apenas duas páginas, os autores propõem o estudo dos termos relacionados ao verbo, de modo que essa reflexão se encerre muito rapidamente, mesmo que se apontem exercícios sobre o assunto. Nota-se, de antemão, que, dada a pouca quantidade de páginas para o estudo dos termos ligados ao verbo, a exposição de critérios que, além de definir, possam também diferenciar objetos indiretos de adjuntos adverbiais são praticamente nulos. Logo no início desta parte, os autores indicam, como termos que se ligam ao verbo, o objeto direto, o objeto indireto e o adjunto adverbial. É importante destacar que, nessa apresentação sumária, eles

não explicam que o sujeito e o agente da passiva também são selecionados pelo verbo, muito provavelmente, devido ao caráter agentivo desses termos sintáticos. Com isso, a estratégia utilizada é primeiro mostrar que há termos na oração que se ligam ao verbo para complementar o seu sentido, os quais seriam os objetos. Para diferenciar os objetos, deve-se analisar a participação da preposição, caso ela esteja ausente, trata-se de um objeto direto, e caso ela esteja presente, trata-se de um objeto indireto. Percebe-se que, com essa definição, os autores não diferenciam os objetos indiretos de caso dativo dos demais complementos preposicionados, dessa forma, alinhados à perspectiva da gramática tradicional.

Ao prosseguir o estudo dos termos ligados ao verbo, os autores apresentam o adjunto adverbial como um termo da oração que insere uma circunstância ao verbo, que pode ser de lugar, de tempo, de negação, de modo, entre outras. Assim, entendemos que simplesmente não há a explicitação de um critério sintático que possa diferenciar os argumentos internos preposicionados dos adjuntos adverbiais, de modo que os autores busquem evitar exemplos que trazem casos mais polêmicos, como o do verbo “ir”, que a tradição analisa como um verbo intransitivo, diferentemente dos linguistas gerativistas de modo geral. Por fim, em relação às atividades, como se espera, os exemplos mais polêmicos não aparecem nos exercícios, os quais se limitam à identificação da função sintática dos termos ligados ao verbo e à reescrita de frases. A exemplo disso, um dos exercícios mais interessantes desta seção, pede que o aluno reescreva as frases dadas com verbos intransitivos, adicionando novas circunstâncias, com o objetivo de que o aluno acrescente justamente adjuntos adverbiais. Embora não seja um exercício muito útil na diferenciação de termos argumentais de não argumentais, isso pode ajudar a entender que as circunstâncias adjungidas ao verbo são potencialmente ilimitadas, algo que não ocorre com os argumentos internos. Isso, todavia, não é satisfatoriamente abordado, e o estudante depende do professor para ter esse tipo de reflexão.

No livro “Interação 2” (2024), usou-se uma estratégia diferente dos autores anteriores, pois, em vez de partirem da definição e diferenciação do objeto direto e do objeto indireto, buscou-se definir primeiro o que são verbos transitivos e verbos intransitivos. A definição apresentada, nesse caso, obedece exclusivamente a critérios semânticos, tendo em vista que estes autores afirmam que o verbo intransitivo tem sentido completo e o verbo transitivo não. Essa definição é bastante problemática, haja vista que, nos casos mais polêmicos, como do verbo “ir”, é bastante improvável que o aluno interprete que o termo que o complementa seja algo dispensável à sua grade argumental. E este critério, como analisamos, não é suficiente para desfazer essa polêmica.

Em seguida, os autores diferenciam os verbos transitivos diretos dos verbos transitivos indiretos, com base na natureza dos objetos diretos e indiretos, a qual seria o uso da preposição. Nesse sentido, a estratégia usada por esses autores é a mesma dos anteriores, o que mostra que, no Ensino Básico, esse critério sintático é majoritariamente aplicado. Contudo, advêm os mesmos problemas apontados em relação ao livro anterior, a despeito dos objetos indiretos de caso dativo distintos dos demais complementos preposicionados.

Essa primeira exposição sobre a natureza dos termos ligados ao verbo, com foco na classificação da sua transitividade, encerra-se sem a discussão da natureza do adjunto adverbial. Esse assunto somente será retomado quase 50 páginas à frente, o que consideramos extremamente prejudicial para o aprendizado do aluno, uma vez que a compreensão dos termos menos agentivos ligados ao verbo fica completamente fragmentada. Enquanto no primeiro livro, não se mencionam, na análise dos complementos verbais, outros termos ligados ao verbo, por possuírem caráter mais agentivo, isto é, o sujeito e o agente da passiva; no segundo livro, os autores optaram por separar a análise dos objetos da análise dos adjuntos. Apesar de ambas as proposições didáticas serem problemáticas ao deixarem abertas muitas lacunas, certamente a proposição do segundo livro é pior. Assim sendo, na parte em que se analisa

a natureza do adjunto adverbial, os autores se limitam a afirmar que o adjunto adverbial é um termo que se liga ao verbo trazendo uma circunstância à ação verbal e, nesse sentido, é capaz de modificar tanto o verbo, como o adjetivo quanto o advérbio. Todavia, não trazem-se exemplos que mostrem como o adjunto adverbial não precisa sempre estar ligado ao verbo, o que seria uma discussão interessante. Tampouco essa discussão é ampliada nos exercícios propostos, os quais se limitam à classificação de transitividade verbal e dos termos ligados ao verbo, sempre adotando o critério semântico de complementação do sentido da informação verbal. Estranhamente, ainda, os autores focam bastante em exercícios de identificação da classe gramatical, o que não se relaciona tão diretamente com o conteúdo sintático proposto.

Por fim, com o último livro desta análise, “Se liga nas linguagens” (2020), já podemos adiantar que este está mais alinhado às discussões e às polêmicas atuais sobre a diferenciação de objetos indiretos e adjuntos adverbiais, isso porque os autores informam aos alunos que essa polêmica existe. É interessante pontuar que, mesmo no Ensino Médio, o estudante já tem capacidade de entender que o conhecimento não é dado, e sim construído, por isso, tais análises estão sujeitas a mudanças conforme se avança nos estudos linguísticos. Esse tipo de honestidade intelectual deveria ser mais valorizada na produção de livros didáticos para a Educação Básica, sem que se tratasse de complicadíssimas discussões acadêmicas, respeitando a maturidade intelectual do aluno.

Não obstante, as considerações positivas a este último livro se encerram neste comentário, dado que os critérios apresentados pelos autores ainda estão mormente presos a critérios semânticos, como os dos livros anteriores. A primeira crítica a ser feita é que os autores dedicam apenas duas páginas para a discussão desse assunto, mesmo que apontem a polêmica em torno da distinção de objetos indiretos de adjuntos adverbiais.

Inicialmente, explica-se a diferença entre o objeto direto e o objeto indireto por meio da análise da participação da preposição na ligação com o verbo e, da mesma forma dos livros anteriores, infere-se que a ausência

da preposição implica um objeto direto e a presença da preposição implica o objeto indireto. Felizmente, os autores não se limitam a essa definição e passam a propor uma reflexão sobre os objetos indiretos de caso dativo, na medida em que analisam como os pronomes oblíquos atuam como complementos verbais. Nesse momento, mostra-se que os pronomes de caso acusativo “o, a, os, as” exercem a função de objeto direto e que os pronomes de caso dativo “lhe, lhes” exercem a função de objeto indireto. Os autores deste livro, portanto, mostram pelo menos um critério sintático, ainda que este não seja tão produtivo para diferenciar objetos indiretos de adjuntos adverbiais nos casos mais polêmicos. Ao tratar do adjunto adverbial, o critério utilizado é puramente semântico, tendo em vista que os autores afirmam que se trata de um termo acessório da oração que não é exigido pelo verbo.

Sabendo, porém, que em construções com o verbo “ir”, por exemplo, o aluno tenderá a identificar o termo que o complementa como algo exigido pelo próprio verbo, os autores sentiram necessidade de fazer uma ressalva. Num quadro isolado da definição de adjunto adverbial, sob o título de “Dica do professor”, os autores mostram que muitos linguistas rejeitam a ideia de que determinados locativos, como dos verbos “ir” e “morar”, sejam adjuntos adverbiais. No entanto, mostram que isso ainda não é um consenso e que, por isso, seria melhor seguir as definições tradicionais, ou seja, de que os locativos sejam considerados adjuntos adverbiais. Assim sendo, o aluno é apresentado à polêmica que analisamos neste artigo, apesar de não ser apresentado a nenhum critério que seja efetivo nessa diferenciação. Com isso, os autores alinham-se à mesma perspectiva dos autores dos livros anteriormente analisados, dado que o adjunto adverbial acrescenta circunstâncias à informação verbal, que podem modificar também o sentido de um adjetivo ou de um advérbio. Desse modo, a única diferença relevante seria uma tentativa de trazer uma honestidade intelectual para a apresentação do conteúdo, embora as conclusões sejam as mesmas.

Em face das descrições acima, observa-se que, no que concerne à caracterização do adjunto adverbial, os autores considerados privilegiam

critérios semânticos em detrimento de morfológicos e sintáticos. Em geral, nota-se que critérios como a opcionalidade do adjunto e sua atribuição de circunstâncias são preferidos. Abaixo, pode ser observada a caracterização de adjuntos adverbiais a partir do critério semântico, morfológico e sintático dos autores.

Quadro 2 - Caracterização do adjunto adverbial a partir de critérios semânticos, morfológicos e sintáticos

Adjunto adverbial			
Critério	Cereja, Dias Vianna e Damien (2025)	Sette <i>et alii</i> (2024)	Ormundo e Siniscalchi (2020)
Semântico	Veiculação de circunstâncias	Veiculação de circunstâncias	Veiculação de circunstâncias
Morfológico	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Sintático	Inexistente	Modificação verbal, adjetival e adverbial	Modificação verbal, adjetival e adverbial. Não selecionado pelo verbo

Fonte: elaboração própria

Os estudos convergem em reconhecer que, no plano semântico, o adjunto adverbial tem a função de veicular circunstâncias, sem divergências entre os autores analisados. No critério morfológico, igualmente, há consenso quanto à inexistência de marcas específicas que identifiquem o adjunto. Já no plano sintático, enquanto Cereja, Dias Vianna e Damien (2025) não apontam traços distintivos, Sette *et alii* (2024) e Ormundo e Siniscalchi (2020) indicam que o adjunto modifica verbos, adjetivos e advérbios, sem ser selecionado pelo verbo. Abaixo pode ser observada a caracterização de objetos indiretos a partir do critério semântico, morfológico e sintático dos autores.

Quadro 3 - Caracterização do objeto indireto a partir de critérios semânticos, morfológicos e sintáticos

Objeto indireto			
Critério	Cereja, Dias Vianna e Damien (2025)	Sette <i>et alii</i> (2024)	Ormundo e Siniscalchi (2020)
Semântico	Inexistente	Complementa o sentido do verbo	Complementa o sentido do verbo
Morfológico	Introduzido por preposição	Introduzido por preposição	Introduzido por preposição
Sintático	Selecionado indiretamente pelo verbo	Selecionado indiretamente pelo verbo	Selecionado indiretamente pelo verbo Comutável por pronome oblíquo átono (“lhe”/”lhes”)

Fonte: elaboração própria

No critério semântico, apenas Cereja, Dias Vianna e Damien (2025) não atribuem função própria ao objeto indireto, ao passo que Sette *et alii* (2024) e Ormundo e Siniscalchi (2020) o caracterizam como complemento do sentido verbal. Do ponto de vista morfológico, há consenso entre os três trabalhos quanto à introdução do objeto indireto por preposição. No plano sintático, todos reconhecem que ele é selecionado indiretamente pelo verbo. Além disso, Ormundo e Siniscalchi (2020) consideram que o objeto indireto pode ser comutado por pronomes oblíquos átonos como *lhe* e *lhes*.

No que tange às estratégias empregadas pelos autores sob escrutínio para introduzir e caracterizar o adjuntos adverbial e o objeto indireto por meio de exercícios, o cenário é mais heterogêneo.

Quadro 4 - Atividades para reconhecimento de adjuntos adverbiais

Adjunto adverbial			
Reflexão	Cereja, Dias Vianna e Damien (2025)	Sette <i>et alii</i> (2024)	Ormundo e Siniscalchi (2020)
Tema	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Texto	Inexistente	Inexistente	1.Identificação do valor textual dos adjuntos adverbiais.
Estruturas gramaticais	1.Atividades de identificação de adjuntos adverbiais 2.Atividades de categorização de circunstâncias 3.Atividades de reescrita de sentenças com adjuntos adverbiais	1.Atividades de identificação da relevância do sentido de adjuntos adverbiais 2.Atividades de identificação de classe de palavras 3.Atividades de identificação de circunstâncias	1.Atividades de categorização de circunstâncias 2.Atividades de reescrita de sentenças com adjuntos adverbiais

Fonte: elaboração própria

Em relação à reflexão acerca do tema transversal, os três estudos convergem em não atribuir papel específico ao adjunto adverbial. No plano textual, apenas Ormundo e Siniscalchi (2020) destacam a identificação do valor textual dos adjuntos, enquanto os demais não o contemplam. Quanto às estruturas gramaticais, há variação: Cereja, Dias Vianna e Damien (2025) propõem atividades de identificação, categorização e reescrita; Sette *et alii* (2024) enfatizam a relevância semântica, a identificação de classes de palavras e de circunstâncias; e Ormundo e Siniscalchi (2020) retomam atividades de categorização e reescrita. Abaixo podem ser observadas as estratégias empregadas pelos autores para explicitar as reflexões crítico-discursivas acerca do tema, do texto e das estruturas gramaticais.

Quadro 5 - Atividades para reconhecimento de objetos indiretos

Objeto indireto			
Reflexão	Cereja, Dias Vianna e Damien (2025)	Sette <i>et alii</i> (2024)	Ormundo e Siniscalchi (2020)
Tema	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Texto	Inexistente	Inexistente	1. Identificação de temática geral 2. Identificação de detalhes
Estruturas gramaticais	1. Atividades de identificação de complementos verbais.	1. Atividades de identificação de complementos verbais 2. Importância do sentido do complemento verbal 3. Identificação da transitividade do verbo	1. Atividades de identificação de complementos verbais 2. Atividades de reescrita com pronomes oblíquos

Fonte: elaboração própria

No que concerne a atividades que possibilitem a reflexão crítico-discursiva do tema transversal, os três estudos não atribuem função específica ao objeto indireto. No aspecto textual, apenas Ormundo e Siniscalchi (2020) propõem atividades de identificação da temática geral e de detalhes, enquanto os demais não apresentam indicações. Sobre as estruturas gramaticais, todos sugerem atividades de identificação de complementos verbais, sendo que Sette *et alii* (2024) acrescentam a importância do sentido e da transitividade, e Ormundo e Siniscalchi (2020) incluem ainda a reescrita com pronomes oblíquos.

A partir desta análise, entendemos que não é objetivo central dos autores de livros didáticos para Ensino Médio explicitar a diferença entre o objeto indireto e o adjunto adverbial, como já esperávamos. Todavia,

muitos problemas foram encontrados, principalmente, no tocante a que os alunos são induzidos a conclusões errôneas, dadas pelos critérios semânticos majoritariamente adotados. Com as definições apresentadas nesses livros didáticos, é muito difícil que o aluno consiga plenamente diferenciar termos argumentais de termos não argumentais do verbo, algo que se torna ainda mais problemático diante do fato de que todos esses autores estão alinhados com as classificações da gramática tradicional. Como um aluno, em face apenas de critérios semânticos, pode chegar sozinho à conclusão de que o verbo “ir” é intransitivo e que a ele se liga um adjunto adverbial? Com essa confusão na exposição e escolha dos critérios, os estudantes, mais uma vez, caem na falácia de que aprender os conteúdos de língua portuguesa é muito difícil, isto é, que são demasiadamente difíceis ou, até mesmo, ilógicos, se comparados a outras áreas do conhecimento.

Os critérios sintáticos, portanto, seriam uma boa alternativa para tornar a classificação dos termos ligados ao verbo mais clara e, com isso, mais produtiva na Educação Básica. O uso de critérios semânticos leva a muitas contradições e deixa evidentes lacunas que impossibilitam que o estudante, sozinho, consiga, de fato, classificar os termos que se ligam ao verbo, mesmo que o objetivo seja de adequação à perspectiva das gramáticas tradicionais. Não é objetivo, porém, deste artigo propor um modelo de apresentação deste assunto para estudantes de Ensino Médio, de modo que o principal critério adotado seja de natureza sintática. É possível que isso se torne o objetivo de um próximo artigo, que utilize os dados desta análise, a fim de estruturar um novo modelo de ensino dos termos ligados ao verbo. Dessa forma, entendemos que não é necessariamente a polêmica atual que envolve gramáticos tradicionais e linguistas que torna complicado o ensino deste assunto, dado que esse problema vem sendo discutido há décadas, como aponta Napoleão Mendes de Almeida (1997), sem que haja avanços significativos. Em suma, vale reiterar: nem com o objetivo de atender à perspectiva da gramática normativa, é possível concluir, a partir da leitura de quaisquer um desses livros didáticos, qual seria a diferença de um objeto

indireto de um adjunto adverbial. A lacuna, infelizmente, persiste, e os estudantes se formam carregando mais essa dificuldade na continuação ou na interrupção de seus estudos.

Considerações finais

O objetivo específico deste trabalho foi investigar quais critérios são utilizados para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais em três livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. A pergunta de pesquisa foi: Qual é a natureza dos critérios utilizados em livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio para diferenciar argumentos verbais preposicionados de adjuntos adverbiais? Para alcançar o primeiro objetivo, adotou-se uma análise qualitativa de materiais didáticos levando em consideração as categorias de análise “presença de critérios semânticos” e “presença de critérios morfossintáticos” (Perini, 1985).

No que diz respeito aos critérios de caracterização, observa-se que os três livros analisados privilegiam uma abordagem predominantemente semântica para definir tanto os adjuntos adverbiais quanto os objetos indiretos, em detrimento de critérios morfológicos e sintáticos mais rigorosos. No caso dos adjuntos adverbiais, os autores convergem ao defini-los como elementos responsáveis pela veiculação de circunstâncias, sem atribuir marcas morfológicas próprias; apenas Sette *et alii* (2024) e Ormundo e Siniscalchi (2020) ampliam a descrição ao destacarem que esses termos podem modificar verbos, adjetivos e advérbios, sem serem selecionados pelo verbo. Já em relação ao objeto indireto, há consenso quanto à sua introdução por preposição e à seleção indireta pelo verbo. No entanto, diferentemente de Cereja, Dias Vianna e Damien (2025), que não atribuem função semântica específica, Sette *et alii* (2024) e Ormundo e Siniscalchi (2020) caracterizam-no como complemento do sentido verbal, sendo que estes últimos ainda acrescentam a possibilidade de sua comutação por pronomes oblíquos de caso dativo (*lhe*, *lhes*), o que confere maior precisão ao tratamento da categoria.

No que se refere às estratégias didáticas, o cenário apresenta maior heterogeneidade. No tratamento do adjunto adverbial, Cereja, Dias Vianna e Damien (2025) propõem atividades de identificação, categorização de circunstâncias e reescrita de sentenças; Sette *et alii* (2024) enfatizam, além da identificação, a relevância semântica e a classificação de palavras; e Ormundo e Siniscalchi (2020) incluem tanto exercícios de categorização e reescrita quanto a identificação do valor textual dos adjuntos. Em relação ao objeto indireto, todos os autores propõem atividades de identificação de complementos verbais, mas a ênfase varia: Sette *et alii* (2024) associam essa identificação à análise da transitividade e do sentido do complemento, enquanto Ormundo e Siniscalchi (2020) acrescentam exercícios de reescrita com pronomes oblíquos. Nesse sentido, embora todos os livros mantenham-se vinculados à tradição gramatical normativa, distinguem-se pela maior ou menor complexidade das atividades propostas, o que impacta diretamente a formação crítica do estudante diante das polêmicas envolvendo a diferenciação entre objetos indiretos e adjuntos adverbiais.

O próximo passo desta pesquisa consiste em apresentar uma proposta de intervenção pedagógica levando em consideração os achados das gramáticas descritivas sob análise e dos estudos gerativistas. Intenciona-se, assim, priorizar os critérios sintáticos descritos na identificação de adjuntos adverbiais e objetos indiretos em português como língua materna.

Referências

ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M; PONTARA, M. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2016.

ALMEIDA, N. M de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. Editora Saraiva. 41ª Edição. Ano: 1997.

ALVES, M. dos S. **Prontuário da língua portuguesa**. Editora Universitária Editora. Ano: 1993.

ALVES, M. G, MACHADO, F., C. S. & NESPOLI, J. B.. Linguistic theories and the teaching of foreign language: Standpoints for the teaching of the perfect aspect to Brazilian learners of English. **BELT - Brazilian English Language Teaching Journal**, 11(2), e39904. <https://doi.org/10.15448/2178-3640.2020.2.39904>. 2020.

AUGUSTO, M. R. A. As restrições de ilha e a teoria gerativa: resíduos para o programa minimalista. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 34, 1998.

AZEREDO J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. Editora Parábola Editorial. 1ª Edição. Ano: 2021.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Editora Nova Fronteira. 37ª Edição. Ano: 1999.

BRASIL. **Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959**. Dispõe sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em: 16 setembro 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, MEC/CNE, 72 p. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** (versão final). 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf> Acesso em: 16 set. 2025.

CASTILHO, A. T. de. **Gramática do português brasileiro**. Editora Contexto. Ano: 2022.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português linguagens**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 3.

CUNHA, C. e CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Editora Lexicon. 6ª edição. Ano: 2009.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. 1970, v. 184, p. 221, 1970.

DUARTE, M. E. L. Termos da oração. VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, p. 185-203, 2007.

HAEGEMAN, L. **Introduction to Government and Binding**. Massachusetts: Blackwell. 1991.

ROCHA LIMA, C. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Editora José Olympio. 49ª Edição. Ano: 2011.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** São Paulo, Parábola Editorial, 2006.

MATEUS, M. **Gramática da língua portuguesa**. Editora Caminho. Ano: 2003.

CHAVES DE MELO, G. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Editora Ao Livro Técnico. 3ª Edição. Ano: 1978.

MIOTO; C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. **Novo Manual de Sintaxe**. São Paulo. Contexto 2016.

MOURA, H; MILIORINI, R. Para compreender uma intuição: Critérios para distinguir argumentos de adjuntos verbais. **Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)**, v. 62, n. 3, p. 573-589, 2018.

PERINI, M. A. **Para uma nova gramática do português**. CEP, v. 1507, p. 900, 1985.

PILATI, E. **Linguística, gramática e aprendizagem ativa**. Campinas: Pontes Editores. 2017.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica**. Editora Cultrix, 2004.

SACCONI, L. A. **Nossa gramática completa**. Editora Matrix. Edição 34ª. Ano: 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2024.

TESCARI NETO, A.; SOUZA DE PAULA, W. M. Souza. O lugar das normas gramaticais e das práticas de análise gramatical no ensino básico e na formação dos professores de língua portuguesa no Brasil. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, n. 40, p. 93-117, 2021.

TESCARI NETO, A.; BERGAMINI-PEREZ, J. F. Normas gramaticais e análise linguística: o lugar dos julgamentos de gramaticalidade na aula de língua portuguesa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 65, p. e023023-e023023, 2023.

VIEIRA, S. R. Três eixos para o ensino de gramática. **Gramática, variação e ensino: diagnose e propostas pedagógicas**. São Paulo: Blucher, p. 47-60, 2018